

Regulamentação é entregue; IVA terá alíquota de até 27,3%



Primeiro projeto com as regras do novo modelo de arrecadação foi levado pelo ministro da Fazenda a Lira

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, afirmou ontem que a estimativa de alíquota média do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA, que vai substituir cinco tributos atuais) é de 26,5%, podendo chegar a 27,3%. A declaração ocorreu logo após a entrega do primeiro projeto de lei de regulamentação da reforma ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

– A estimativa é muito próxima do que tinha antes. Com o desenho, de 25,7% a 27,3%, com média de 26,5%. A referência é a média, mas a expectativa é que seja ainda menor – afirmou Appy.

O valor é inferior aos 27,5% que haviam sido projetados pelo Ministério da Fazenda em novembro do ano passado. Mesmo se ficar em 26,5%, a taxa será uma das mais altas do mundo, segundo a organização Tax Foundation. Por enquanto, trata-se apenas de estimativas, pois a alíquota só será definida nos próximos anos, após a realização de um período de testes do novo modelo tributário.

Apelidado de Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, o projeto entregue ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem 300 páginas, 500 artigos e contém a maior parte das regras da reforma (*leia ao lado*).

Os detalhes técnicos devem ser apresentados em uma entrevista coletiva às 10h de hoje pela equipe econômica.

A emenda à Constituição que estabeleceu a reforma, aprovada no ano passado, estabelecia apenas as linhas gerais do novo modelo. Outras duas etapas da regulamentação devem ser remetidas em maio, conforme Haddad.

Recesso

Segundo Haddad, Lira sinalizou que a proposta deve ser votada em plenário antes do recesso parlamentar, em julho.

– O país aguarda há 40 anos para a solução de um dos mais emaranhados dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está entre os 10 piores do mundo e estará entre os 10 melhores do mundo – disse o ministro no ato, acrescentando estar “muito confiante” na aprovação.

Ainda não está definido quem vai relatar os projetos. Horas antes da entrega, Lira disse que está em estudo a criação de dois grupos de trabalho.

Após o ato com o presidente da Câmara, Haddad foi até a residência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MC). Na ocasião, Pacheco afirmou que a votação da reforma é a prioridade deste ano.

Haddad faz alerta sobre PEC do Quinquênio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expôs a senadores da base governista preocupação com o impacto fiscal da PEC do Quinquênio, que está em discussão no Senado. A conversa ocorreu em um jantar na casa do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), na noite de terça-feira, do qual participaram parlamentares de partidos como PT, PDT e MDB.

A proposta cria o adicional por tempo de serviço (ATS), conhecido como quinquênio, correspondente a 5% do salário, que seria pago a cada cinco anos, até o limite de 35%, a juizes, membros do Ministério Público, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos.

Haddad alertou que, além do peso sobre as contas federais, a PEC teria um impacto sobre os Estados, já que o quinquênio pode acabar beneficiando também servidores estaduais, e fez uma exposição sobre o esforço que o governo vem fazendo para equilibrar as finanças.

O que prevê

• Unificação de tributos –

O texto apresentado ontem ao Congresso detalha as características do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual a ser implementado, que incidirá sobre bens e serviços em substituição a três dos atuais tributos federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS).

Também são estabelecidas as normas gerais dos futuros Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e municípios, que serão criados.

Isso inclui fato gerador (operação que enseja a incidência do tributo), local da operação, base de cálculo, alíquotas, pagamento e não cumulatividade, assim como regras relacionadas à incidência dos tributos sobre importações, à imunidade das exportações e a seu modelo operacional.

• **Cashback** – O projeto estabelece que a devolução de parte do imposto pago será feita a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Está prevista a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS no gás de cozinha; 50% da CBS e 20% do IBS na energia elétrica, água e esgoto, e 20% da CBS e do IBS nos demais casos.

• **Cesta básica** – O projeto também reduz para 15 a lista de produtos alimentícios de primeira necessidade que terão alíquota zero – na lista estão itens como arroz, feijão, leite e café. Outros terão alíquota de 60%, como carnes.

• Regimes diferenciados –

A proposta ainda lista as atividades econômicas que terão direito a alíquotas reduzidas de imposto. Na lista, estão, por exemplo, advogados, médicos, engenheiros e contadores.

• **Imposto Seletivo** – O projeto ainda define os produtos sobre os quais incidirá o “imposto do pecado”, que será cobrado sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Entraram na lista cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos poluentes e bens minerais extraídos.